



Informativo - Ano XX Nº 111 - Palmas, junho de 2017

Mala Direta Postal
Básica
9912407000 - DR/TO
TCE/TO
CORREIOS

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

TCE realiza décima edição do Agenda Cidadã em agosto

Quatro encontros serão promovidos abrangendo
todos os municípios tocantinenses



O Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO) promove a décima edição do Programa Agenda Cidadã que tem a finalidade de levar orientações a prefeitos, vereadores e servidores quanto às boas práticas da administração pública, bem como oportunizar a participação da comunidade na fiscalização dos recursos. O Agenda Cidadã 2017, que ocorre de 17 a 31 de agosto em quatro municípios sedes: Araguaína, Palmas, Natividade e Gurupi, terá como foco o tema educação. **Pág. 6 e 7**

**Relatorias
promovem
oficina para
gestores** Pág. 8

**Ouvidoria e SIC
do Tribunal de
Contas** Pág. 12



**IX Fórum Nacional
de Procuradores
do Ministério
Público de Contas**
Evolução do Controle e
seus Novos Desafios

**Evento reúne
procuradores de
contas de todo país**

Págs. 4 e 5



Palavra do Presidente

A presente edição do Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins é publicada em um período propício para avaliação das ações desenvolvidas, haja vista se tratar do encerramento de um semestre. Possivelmente você, caro leitor, deve ter se deparado com o mesmo pensamento que tive: o ano está passando muito rápido. Nessa era digital tudo flui de maneira vertiginosa e, consequentemente, a sociedade espera que os órgãos públicos se adequem a essa realidade. Desta forma, além do trabalho de fiscalizar o uso das verbas públicas, a instituição, por meio de seus membros e servidores, atua diariamente para desenvolver novas ferramentas e metodologias com vistas a aprimorar e agilizar os serviços.

E assim, dentro deste cenário de celeridade, já nos preparamos para mais uma etapa do maior programa de orientação aos gestores públicos, o Agenda Cidadã. Nesta 10ª edição, vamos ampliar horizontes, pois a proposta do Agenda Cidadã 2017 é au-

mentar a participação dos conselhos e representantes da sociedade em geral. Serão discutidos temas relevantes ligados, inclusive, à área da educação e meio ambiente.

Todos os detalhes, a exemplo da programação, estão em destaque nas próximas páginas, assim como as demais ações realizadas nos últimos dois meses. É o caso do IX Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas. Para o TCE/TO foi uma honra sediar o encontro cujo objetivo foi abordar a evolução do Controle e seus Novos Desafios. Neste contexto, não poderia deixar de mencionar a importante palestra do colega conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Cezar Miola. Ao tratar da atuação fundamental dos órgãos de controle para incentivar o cumprimento dos planos de educação, Miola referiu-se às crianças brasileiras que merecem uma educação de qualidade. Disse ele: “lugar de criança não é somente na sala de aula. É também no

orçamento dos municípios, dos estados e da união. As habilidades que não forem estimuladas e desenvolvidas no momento próprio não serão repostas depois.”

Aqui vale frisar, ainda, que existe um compromisso dos Tribunais de Contas de todo o Brasil com a concretização do Plano Nacional de Educação (PNE). Isso porque atuamos em várias frentes, desde o trabalho pedagógico e preventivo até a fiscalização, para saber se os nossos jurisdicionados estão, de fato, cumprindo as metas do plano.

Acreditamos que podemos fazer a diferença nessa questão, justamente devido a essa grande capacidade de indução que temos. Você, cidadão, pode nos ajudar com essa missão. Para tanto, não deixe de ler a página 12, com dicas sobre a Ouvidoria. E não perca tempo, afinal, ele passa depressa.

Conselheiro Manoel Pires dos Santos
Presidente

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Presidente

Manoel Pires dos Santos

Vice-presidente

Severiano José Costandrade de Aguiar

Corregedor

André Luiz de Matos Gonçalves

Conselheiros

José Wagner Praxedes
Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Doris de Miranda Coutinho
Alberto Sevilha

Procurador-geral de Contas

Zailon Miranda Labre Rodrigues

Coordenador do Corpo Especial de Auditores

Leondiniz Gomes

Diretora geral de Controle Externo

Wellane Monteiro Dourado da Silva

Diretor geral de Adm. e Finanças

Juxson Alves Pereira

Diretor geral de Controle Interno

Edivaldo Gomes da Silva e Souza

Diretor geral do Instituto de Contas

Roger Luis Monteiro Tolentino

Chefe de Gabinete da Presidência

Flávio de Almeida Godinho

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável

Lauri Meyer

Textos

Dhenia Gerhardt
Fernanda França
Pedro Thiago

Diagramação

Fábio J. Ferreira
Fernanda Feres Peu
Paulo Marcos P. de Souza
Ronaldo Cordeiro de Toledo

Revisão: Márcia Barbosa

Fotos: ASCOM - TCE/TO

Impressão: Gráfica e Editora WR

Tiragem: 3 mil exemplares

Distribuição gratuita

Assessoria de Comunicação

ascom@tce.to.gov.br
TCE/TO - Avenida Teotônio Segurado
102 Norte - Conj. 1, Lotes 1 e 2
CEP: 77.006-002 - Palmas - TO
Fone: (63) 3232 - 5800
Fax: (63) 3232 - 5835

Procuradores de Contas de todo o País se reúnem em Palmas



Mais de vinte procuradores-gerais discutem ações para fortalecer o MPC

Com o objetivo de debater temas relevantes sobre a atuação do Ministério Público de Contas, procuradores de 22 estados brasileiros e do Distrito Federal se reuniram em Palmas, no dia 8 de junho. Ao todo, foram duas reuniões sediadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO).

CNPGC

O primeiro compromisso foi o encontro promovido pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC). “A ideia do conselho, com essas reuniões, é exatamente

fortalecer a atuação do Ministério Público de Contas. Procuramos pautas nacionais e que requerem atenção especial, como a questão da autonomia, da melhor forma de prestação de serviço à comunidade, a melhor fiscalização dos recursos da educação, dentre outros temas”, explicou a presidente do CNPGC, Cláudia Ferreira de Oliveira.

Para o procurador-geral de Contas do MPC do Maranhão, Jairo Cavalcante Vieira, essas discussões são essenciais: “É muito importante que os líderes do Ministério Público de Contas de todo o País estejam juntos,

pensando estratégias, trocando experiências e compartilhando desafios, pois assim há possibilidade de melhorar o seu trabalho, de melhorar a maneira de lidar com as situações em cada estado.”

AMPCON

No período da tarde, foi realizada a Assembleia Geral da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON). Além de discutir questões como a composição dos Tribunais de Contas, foram deliberados os próximos passos a serem desenvolvidos pela entidade. De acordo com o presidente da AMPCON e procurador do Ministério Público do TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, o objetivo foi alinhar estratégias de curto e longo prazos e compartilhar informações.

Fórum

As duas reuniões fizeram parte da programação do IX Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas – Evolução do Controle e seus Novos Desafios.



Presidente da AMPCON apresenta os assuntos a serem deliberados na assembleia

MPCs debatem a evolução do controle e seus novos desafios

Fórum reúne procuradores de contas de todo o Brasil



Procurador-geral do MPC/TO, Zailon Miranda Labre Rodrigues, durante a abertura do IX Fórum

IX Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas

Evolução do Controle e seus Novos Desafios

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) sediou, nos dias 8 e 9 de junho, o IX Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas – Evolução do Controle e seus Novos Desafios. O evento, promovido pelo Ministério Público de Contas – MPC/TO, com a parceria da Associação Nacional do Ministério Público de Contas – AMPCON e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas – CNPGC, reuniu, em Palmas, procuradores de contas de todo o País.

A solenidade de abertura, realiza-

da na noite do dia 8, no auditório do TCE/TO, teve como tema central a palestra “O Papel do MPC na Gestão Pública”, ministrada pelo Procurador do Ministério Público de Contas do TCU e Presidente da AMPCON, Júlio Marcelo de Oliveira. “O Ministério Público de Contas, como outro Ministério Público judicial, tem o papel de ser o fiscal da lei, os olhos da sociedade dentro dos Tribunais de Contas, fazendo a defesa de direitos coletivos e difusos, como a saúde e a educação. Temos o papel fundamental de auxiliar os Tribunais de Contas nessa atividade de controle externo da administração pública brasileira”, destacou.

O presidente do TCE/TO, conselheiro Manoel Pires dos Santos, enfatizou a magnitude do evento e sua importância para o MPC e para o TCE/TO, bem como destacou a parceria entre o Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas. “A palavra é esta: efetividade. A eficiência vem de realizar bem uma tarefa, a eficácia é atingir os resultados fazendo a

coisa certa, já a efetividade, é mudar a realidade. E é isso que nós queremos. Para isso precisamos andar juntos nessa caminhada”, frisou.

“Este IX Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas é um marco para a história do nosso Estado, para o Ministério Público de Contas e para o Brasil. Como o Estado mais novo da Federação, temos a obrigação de participar da grande mudança que se contextualiza no cenário nacional, buscando defender o erário público e realizar um controle externo eficiente e eficaz”, disse o procurador-geral do MPC do Tocantins, Zailon Miranda Labre Rodrigues.

Procurador do MPC do TCU e Presidente da AMPCON, Júlio Marcelo de Oliveira



Palestras abordam parcerias, combate à corrupção e problemas na saúde e educação

Temas foram discutidos no segundo dia do IX Fórum

O segundo dia do IX Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas, realizado, entre os dias 8 e 9 de junho, pelo MPC

para o trabalho do procurador de contas. “Leis que determinam delações premiadas, compartilhamento das bases de dados, entre outras, são fruto dos resultados da ENCCLA,” completou.

“Visão e Experiências Institucionais entre Ministério Público Estadual (MPE) e MPC – Parcerias”, foi o tema apresentado pelos promotores de justiça do MPE/TO, Edson Azambuja e Vinícius de Oliveira e Silva, que relataram as práticas jurídicas

na cooperação entre as instituições e o sucesso obtido. “Após as manifestações populares de 2013, podemos sentir a urgência da população em combater a corrupção”, salientou Silva.

No painel “Indisponibilidade de Bens nos Tribunais de Contas: Possibilidades e Limites”, ministrada pelo procurador-geral do MPC de Minas Gerais, Daniel de Carvalho Guimarães, foi ressaltada a necessidade de individualização nos processos e também do ingresso na órbita particular.

A procuradora do MPC de Contas de São Paulo, Élidea Graziane Pinto, abordou o tema “Estado de Coisas Inconstitucional no SUS”. Ela apontou a falta de planejamento das prefeituras para receber recursos e aplicá-los onde necessário, além do crescimento da judicialização. “Precisamos que todos os órgãos de controle se somem. Precisamos fazer uma inversão do fluxo da judicialização da saúde e precisamos criar um ciclo virtuoso de qualidade de políticas públicas”, enfatizou.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, encerrou o Fórum com a palestra “Planos de Educação: Atuação Indutora dos Órgãos de Controle para sua Concretização”. Ele tratou do desenvolvimento de



Procuradores de 22 estados e do DF participam do evento

Tocantins, tratou da participação do Ministério Público de Contas (MPC) na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), dos resultados da parceria entre o MPC e o Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), da indisponibilidade de bens nos Tribunais de Contas, das inconstitucionalidades no Sistema Único de Saúde (SUS) e da atuação de órgãos de controle nos planos de Educação.

No painel “A Atuação do MPC na ENCCLA”, a procuradora do MPC do Pará, Silaine Karine Vendramin, apresentou como o programa funciona e os seus mecanismos de atuação. O procurador do MPC de Santa Catarina, Diogo Roberto Ringenberg, destacou a importância do programa



O procurador MPC do Paraná, Gabriel Guy Léger foi um dos debatedores e destacou alguns desafios enfrentados pela ENCCLA

ações relativas à implementação da Lei Federal 13005/2014, que trata da aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE, a necessidade de compatibilizar as peças orçamentárias com as metas previstas e o controle externo dos recursos públicos destinados à educação. “Nós precisamos encontrar mecanismos para sensibilizar os TCs e MPs de Contas e resguardar a qualidade dos gastos com a educação”, finalizou.



Palestras sobre Saúde e Educação marcaram o encerramento do IX Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas – Evolução do Controle e seus Novos Desafios

Educação é tema central do Programa Agenda Cidadã 2017

Agenda CIDADÃ 2017



O mês de agosto será marcado por uma extensa programação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) para levar orientação aos 139 municípios tocantinenses. É o programa Agenda Cidadã 2017 que, em sua décima edição, vem com a proposta de ampliar a participação dos conselhos e representantes da sociedade em geral neste que é o maior programa de orientação do TCE/TO.

Serão discutidos temas relevantes ligados, principalmente, à área da educação, a exemplo da meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), cuja finalidade é garantir que todas as crianças de quatro a cinco anos de idade estejam frequentando a sala de aula, além de aumentar a oferta de educação infantil em creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência do plano.

“Há um compromisso dos Tribunais de Contas de todo o Brasil com a concretização do PNE. Desta forma, o cumprimento das metas por parte dos municípios tocantinenses será ponto de auditoria da Corte de Contas”, destaca o presidente do TCE/TO, conselheiro Manoel Pires dos Santos.

O programa Agenda Cidadã busca levar orientações a prefeitos, vereadores e servidores quanto às boas práticas da administração pública, bem como oportunizar a participação da comunidade na fiscalização dos recursos.



Confira quando a caravana do programa estará na sua região

DATA
17/8
CIDADE-POLO
ARAGUAÍNA

LOCAL
Auditório do Centro Universitário ITPAC
MUNICÍPIOS
Relator responsável: <i>Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves</i>
Aguiarnópolis; Ananás; Angico; Araguatins; Augustinópolis; Axixá do Tocantins; Buriti do Tocantins; Cachoeirinha; Carrasco Bonito; Darcinópolis; Esperantina; Itaguatins; Luzinópolis; Maurilândia do Tocantins; Nazaré; Palmeiras do Tocantins; Praia Norte; Riachinho; Sampaio; Santa Terezinha do Tocantins; São Bento do Tocantins; São Miguel do Tocantins; São Sebastião do Tocantins; Sítio Novo do Tocantins; Tocantinópolis; Wanderlândia e Xambioá.
Relator responsável: <i>Conselheira Doris de Miranda Coutinho</i>
Aragominas; Araguaína; Araguañã; Arapoema; Babaçulândia; Bandeirantes do Tocantins; Barra do Ouro; Bernardo Sayão; Brasilândia do Tocantins; Campos Lindos; Carmolândia; Colinas do Tocantins; Couto Magalhães; Filadélfia; Goiatins; Itaporã do Tocantins; Juarina; Muricilândia; Nova Olinda; Palmeirante; Pau D'arco; Pequizeiro; Piraquê; Presidente Kennedy e Santa Fé do Araguaia.

DATA
24/8
CIDADE-POLO
PALMAS

LOCAL
Auditório do TCE/TO
MUNICÍPIOS
Relator responsável: <i>Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar</i>
Abreulândia; Araguacema; Bom Jesus do Tocantins; Caseara; Centenário; Colméia; Divinópolis do Tocantins; Dois Irmãos do Tocantins; Fortaleza do Tabocão; Goianorte; Guaraí; Itacajá; Itapiratins; Lizarda; Marianópolis do Tocantins; Miranorte; Novo Acordo; Pedro Afonso; Recursolândia; Rio Dos Bois; Rio Sono; Santa Maria do Tocantins; São Félix do Tocantins; Tocantínia; Tupirama e Tupiratins.
Relator responsável: <i>Conselheiro Alberto Sevilha</i>
Aparecida do Rio Negro; Barrolândia; Chapada de Areia; Lajeado; Miracema; Monte Santos do Tocantins; Palmas; Paraíso do Tocantins; Pugmil; Santa Tereza do Tocantins;

DATA
29/8
CIDADE-POLO
NATIVIDADE

LOCAL
Auditório do Colégio Agrícola
MUNICÍPIOS
Relator responsável: <i>Conselheiro José Wagner Praxedes</i>
Almas; Arraias; Aurora do Tocantins; Brejinho de Nazaré; Chapada da Natividade; Combinado; Conceição do Tocantins; Dianópolis; Ipueiras; Lagoa do Tocantins; Lavandeira; Mateiros; Monte do Carmo; Natividade; Novo Alegre; Novo Jardim; Pindorama do Tocantins; Ponte Alta do Bom Jesus; Ponte Alta do Tocantins; Porto Alegre do Tocantins; Porto Nacional; Rio da Conceição; Santa Rosa do Tocantins; Silvanópolis; Taguatinga; Taipas do Tocantins.

DATA
31/8
CIDADE-POLO
GURUPI

LOCAL
Auditório da UNIRG - Campos
MUNICÍPIOS
Relator responsável: <i>Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho</i>
Aliança do Tocantins; Alvorada; Araguaçu; Cariri do Tocantins; Cristalândia; Crixas do Tocantins; Dueré; Fátima; Figueirópolis; Formoso do Araguaia; Gurupi; Jaú do Tocantins; Lagoa da Confusão; Nova Rosalândia; Oliveira de Fátima; Palmeirópolis; Paranã; Peixe; Pium; Sandolândia; Santa Rita do Tocantins; São Salvador do Tocantins; São Valério; Sucupira; Talismã.

Programação

- 8h – Credenciamento e Boas Vindas
- 9h – Abertura
- 10h – Palestra “Efetividade da Gestão Municipal”
- 11h – Palestra “Educação Empreendedora: o Grande Desafio”
- 12h – Intervalo - Almoço

- 14h – Palestra “Os desafios dos municípios na implantação dos aterros sanitários”
- 14h40 – Palestra “Controle Social e o TCU: papel dos Conselhos de Alimentação Escolar”
- 15h20 – Palestra “Transparência e Controle Social”
- 16h – Encerramento

Quarta e Quinta Relatorias orientam jurisdicionados de 50 municípios

.....
Encontro técnico reuniu representantes das regiões norte e sul do Tocantins.
.....



Com auditório lotado, gestores municipais das regiões norte e sul do Estado recebem orientações sobre administração pública

Com o objetivo de orientar sobre a correta aplicação dos recursos públicos, com destaque para os pontos que ensejam o julgamento pela irregularidade das prestações de contas, a Quarta e Quinta Relatorias do Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO) reuniram, em Palmas, representantes de 50 municípios das regiões norte e sul do Estado.

A importância dos prefeitos e presidentes de câmaras acompanharem de perto as prestações de contas foi destacada pelo vice-presidente do

TCE/TO, conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar. “Observem bem aqueles que vocês escolhem para prestar contas. Esses responsáveis devem ter conhecimento técnico sobre o que estão fazendo”, disse.

Pela primeira vez como prefeita de Aragominas, Eliete Alves de Melo, comentou que a oficina viabilizou a solução de dúvidas e apresentou algumas das normativas do Tribunal. “A partir da oficina, poderemos fazer uma administração mais transparente”, complementou.

“Este encontro possibilita o esclarecimento, para que a gestão seja feita com mais responsabilidade. As orientações são sempre bem-vindas”, comentou Gutierrez Torquato, presidente dos Institutos de Previdência e de Saúde de Gurupi.

Oficinas

Com o tema “Inconsistência e Aprovação da LOA - Lei Orçamentária Anual”, a assessora de gabinete, Elaine Silva Ataídes alertou sobre prazos e a atenção ao enviar os dados ao TCE/TO. “Irregularidades recorrentes em processo de auditoria” foi o tema abordado pela diretora de Controle Externo, Clarice Gomes da Silva Freitas e pela assessora de gabinete, Joana D’ark de Souza. Os analistas de sistemas do TCE/TO, Alziro Valério Borges Alves e Marcus Barbosa Pinto, apresentaram os informes técnicos sobre Cadun e Si-cop”, sistemas eletrônicos do TCE/TO.

A importância de deixar a gestão mais transparente foi abordada na oficina “Portais da Transparência”, ministrada pela responsável pela ouvidoria do TCE/TO, Carolina Vieira de Paula, responsável pela Ouvidoria do TCE/TO. Em seguida, foram abordados os temas “Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – SICAP, modalidade Licitações e Obras”, explicado pelo coordenador, Flávio Brito, e pelo desenvolvedor de sistemas, Osli Adriel de Melo e o módulo “SICAP-AP”, explanado pela coordenadora de Atos de Pessoal, Fernanda Almeida. Os responsáveis pelo “SICAP-Contábil”, Warley Ferreira e Jonatas Soares, falaram sobre as fontes de recursos e seus reflexos no superávit orçamentário e financeiro e relatórios gerenciais com foco na auditoria analítica.



A responsável pela ouvidoria do TCE/TO, Carolina Vieira de Paula, apresentou a palestra “Portais da Transparência”

Mais de 180 prestações de contas são julgadas no segundo trimestre

As Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), responsáveis por julgar as contas prestadas anualmente por ordenadores de despesas estaduais e municipais, apreciaram um total de 185 processos de prestações de contas, no período de 21 de março à 20 de junho deste ano.

No período analisado, foram julgadas pela irregularidade 51 presta-

ções de contas dos exercícios financeiros de 2011, 2012, 2013 e 2014. A prefeitura de Lajeado e a Secretaria Municipal de Educação de Araguaína tiveram as maiores imputações de débito. À primeira, referente ao ano de 2014, foi aplicado o débito no valor de R\$ 149.678,96; à segunda, pertencente ao ano de 2013, foi aplicado o débito de R\$ 179.951,49, além de multas e outras determinações.

As sessões da Primeira e Segunda Câmaras são transmitidas ao vivo pelo canal do Youtube e no Facebook do TCE/TO. Com início às 13h30 e às 15h30, respectivamente, às terças-feiras. Para mais informações sobre as decisões, acesse o site do Tribunal de Contas (www.tce.to.gov.br), link Boletim Oficial e para detalhes sobre os processos, acesse o Portal e-Contas.

Confira a seguir os resultados dos julgamentos



As informações divulgadas sobre o julgamento das contas de ordenadores são baseadas na publicação das decisões no Boletim Oficial do Tribunal de Contas. Todos os casos citados foram ou são passíveis de recursos, de acordo com os prazos estipulados no Regimento Interno do TCE/TO

Irregulares				Fundo Municipal de Assistência Social de Ponte Alta do Bom Jesus	Lidyanne de Araujo Cardoso Dairel	R\$ 1.200,00	
2014				Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins	Nefertite Nogueira de Sousa Lourenço	R\$ 2.000,00	
Origem	Responsável	Total de multas	Total de imputações	Fundo Municipal de Educação de Esperantina	Sineyde Carvalho de Sousa	R\$ 2.000,00	
Prefeitura de Aliança do Tocantins	José Rodrigues da Silva	R\$ 1.698,20		Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Lagoa da Confusão	Romivaldo José Martins	R\$ 3.000,00	
Prefeitura de Carrasco Bonito	Carlos Alberto Rodrigues da Silva	R\$ 1.000,00		Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Monte Santo	Rosimeiry Ferreira de Lima	R\$ 3.500,00	
Prefeitura de Centenário	Wesley da Silva Lima	R\$ 2.000,00		Fundo Municipal de Saúde de Esperantina	Maria de Jesus Alves Leitão Queiroz	R\$ 1.000,00	
Prefeitura de Esperantina	Albino Cardoso Sousa	R\$ 2.500,00		Fundo Municipal de Saúde de Esperantina	Maury José Alves dos Santos	R\$ 1.500,00	
Prefeitura de Goianorte	Luciano Pereira de Oliveira	R\$ 2.500,00		Fundo Municipal de Saúde de Santa Fé do Araguaia	Allyson Cunha Coelho	R\$ 9.314,00	R\$ 3.140,00
Prefeitura de Lajeado	Márcia da Costa Reis Carvalho	R\$ 30.331,06	R\$ 149.678,96	Fundo Mun. de Saúde de Santa Fé do Araguaia	Luzia Rosa Naves	R\$ 2.000,00	
Prefeitura de Monte Santo	Francisco José Ferreira Lima	R\$ 13.000,00		Fundo Municipal de Saúde de Santa Fé do Araguaia	Marta Maria da Costa	R\$ 3.000,00	
Prefeitura de São Salvador do Tocantins	Charles Evilacio Maciel Barbosa	R\$ 2.000,00		2013			
Câmara Municipal de Aurora do Tocantins	Sebastião Xavier de Souza	R\$ 1.018,00		Origem	Responsável	Total de multas	Total de imputações
Câmara Municipal de Cariri do Tocantins	Ivonete Pereira da Silva	R\$ 1.000,00		Prefeitura de Augustinópolis	Deijanira de Almeida Pereira	R\$ 8.030,01	R\$ 35.300,14
Câmara Municipal de Crixás do Tocantins	José Alano Alves Pereira	R\$ 1.000,00		Prefeitura de Bom Jesus do Tocantins	Rosangela Barbosa Bezerra	R\$ 2.700,00	
Câmara Municipal de Lagoa da Confusão	Rogério Lino Mota	R\$ 3.000,00		Prefeitura de Cacho-eirinha	Erisvaldo Resplandes de Araújo	R\$ 3.262,17	R\$ 22.621,74
Câmara Municipal de Oliveira de Fátima	José Borges Gonçalves Filho	R\$ 1.000,00		Prefeitura de Caseara	Renato de Almeida	R\$ 4.000,00	
Câmara Municipal de Palmeirópolis	Jamilton Guedes Milhomem	R\$ 5.000,00		Prefeitura de Divinópolis do Tocantins	Florisvane Mauricio da Gloria	4800	R\$ 18.000,00
Câmara Municipal de Sandolândia	Sérgio Alves Teixeira	R\$ 2.717,11					
Sec. de Turismo e Cultura de Lagoa da Confusão	André Mastroianni Tibúrcio	R\$ 2.000,00					
Fundo Municipal de Assistência Social de Rio da Conceição	Selma Ferreira dos Santos Franca	R\$ 1.200,00					
Fundo Mun. de Assist. Social de Parana	Sislene Xavier da Silva	R\$ 4.075,67					

Prefeitura de Maurilândia do Tocantins	Leoneide Conceição Sobreira	R\$ 5.381,81	R\$ 38.818,13
Prefeitura de Monte Santo do Tocantins	Francisco José Ferreira de Lima	R\$ 4.000,00	
Prefeitura de Supucupira	Valdmir Ribeiro de Castro	R\$ 10.955,20	R\$ 19.552,00
Fundo Municipal de Saúde de Buriti do Tocantins	Hanari Santos de Almeida Tavares	R\$ 3.786,80	R\$ 7.868,00
Fundo Municipal de Saúde de Esperantina	João da Silva Santos	R\$ 3.500,00	
Fundo Municipal de Assistência Social de Buriti do Tocantins	Lúcia Cristiane Feitosa de Sousa	R\$ 2.957,30	R\$ 9.573,00
Câmara Municipal de Maurilândia do Tocantins	Marcílio Alves da Cruz	R\$ 1.259,25	R\$ 7.592,50
Câmara Municipal de Palmeirante	Vicente Lopes Coelho	R\$ 3.800,00	R\$ 11.000,00
Secretaria Municipal da Administração de Araguaína	Nahim Hanna Halum Filho	R\$ 2.000,00	
Secretaria Municipal da Educação de Araguaína	Jocirley de Oliveira	R\$ 19.995,14	R\$ 179.951,49
Secretaria Municipal da Fazenda de Araguaína	Alberto Sousa Brito	R\$ 6.000,00	
Fundo Municipal de Assistência Social de Barrolândia	Sônia Maria Soares Souza	R\$ 2.500,00	
Fundo Municipal de Saúde de Fortaleza do Tabocão	João Batista Delfino de Araújo	R\$ 4.519,13	R\$ 50.382,77
Fundo de Saúde de São Salvador do Tocantins	Vanusa Bueno Peixoto	R\$ 974,00	R\$ 4.870,00

2012			
Origem	Responsável	Total de multas	Total de imputações
Prefeitura de Axixá	Ruidiard de Sousa Brito	R\$ 11.661,22	R\$ 51.612,28
Prefeitura de Silvanópolis	Bernardo Siqueira Filho	R\$ 6.890,95	R\$ 13.909,57

2011			
Origem	Responsável	Total de multas	Total de imputações
Prefeitura de Nazaré	Clayton Paulo Rodrigues	R\$ 11.095,93	46.959,32

Regulares com ressalvas	
2015	
Origem	Responsável
Câmara Municipal de Almas	Clevson Pereira Barbosa
Câmara Municipal de Almas	Josias Carlos Batista
Câmara Municipal de Mateiros	Silvanio Coelho Luz
Câmara Municipal de Paraíso do Tocantins	Romilson Ribeiro de Carvalho
Câmara Municipal de Santa Tereza do Tocantins	Severino Cirqueira da Silva
Secretaria Municipal de Administração de Paraíso do Tocantins	Beatriz Augusto de Oliveira Costa
Fundo Municipal de Assistência Social de Miracema do Tocantins	Marcia Rosa Silva Borba
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Taguatinga	Suzi Ceciliana de Almeida Nunes
Fundo Municipal de Saúde de Lagoa do Tocantins	Judivan Barros Duarte
Unidade Gestora Recursos sob Supervisão SEFAZ	Paulo Afonso Teixeira

2014	
Origem	Responsável
Prefeitura de Aparecida do Rio Negro	Deusimar Pereira de Amorim

Prefeitura de Crixás do Tocantins	Gean Ricardo Mendes Silva
Prefeitura de Novo Acordo	José Coelho Neto
Prefeitura de Praia Norte	Jader Jaime Félix Pinheiro
Prefeitura de Rio dos Bois	Jesus dos Reis Rodrigues Bastos
Prefeitura de Santa Maria do Tocantins	Helen Ruth de Freitas Souza
Câmara Municipal de Almas	Narcizo Marcos Alves Borges
Câmara Municipal Buriti do Tocantins	Manuel Alves dos Santos
Câmara Municipal de Cachoeirinha	Francisco Andrade Silva
Câmara Municipal de Itaguatins	José Marlos Marinho Viana
Câmara Municipal de Monte do Carmo	Edilson Rodrigues da Silva
Câmara Municipal de Nova Rosalândia	Cícero da Silva
Agência Gurupiense de Desenvolvimento Econômico	Gerson José de Oliveira
Agência Tocantinense de Notícias - ATN	Cristiano Machado Santos
Secretaria da Comunicação Social	Arrhenius Fábio Giovannetti Naves
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnologia e Inovação	Paulo Henrique Ferreira Massuia
Secretária de Educação Esporte e Juventude de Lagoa da Confusão	Núbia Maria Soares de Souza
Secretaria Geral de Governo	Jaysa Santos de Oliveira
Sec. de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano de Lagoa da Confusão	Romivaldo José Martins
Sec. de Juventude e Esporte de Gurupi	Raimunda Pereira Dias Obeid
Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN	Joaquim Carlos Parente Júnior
Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN	Marcelo Olímpio Carneiro Tavares
Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN	Flavio Rios Peixoto da Silveira
Instituto de Assistência dos Servidores de Gurupi	Mario Luiz Pelizari
Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins	Miyuki Hyashida
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (IGPREV)	Jacques Silva de Sousa
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins	Paulo Henrique Ferreira Massuia
Fundação Cultural de Palmas	Eliane Campos de Araújo Oliveira
Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeirinha	Vanessa Coelho Nascimento
Fundo Mun. de Assistência Social de Pium	Maria do Socorro Mendes Coelho
Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE	Paulo Henrique Ferreira Massuia
Fundo Municipal de Educação de Cristalândia	Maritânia Souza de Oliveira
Fundo Municipal de Educação de Talismã	Marilene Ferreira Lima
Fundo Municipal de Saúde de Aguiarnópolis	Cristiane Barros da Cruz Tomaz
Fundo Municipal de Saúde de Buriti do Tocantins	Gray Carvalho Bandeira
Fundo Municipal de Saúde de Crixás do Tocantins	Sebastiana Angélica Pereira de Lima Moura
Unidade Supervisionada de Palmas	Cláudio de Araújo Schuller

2013	
Origem	Responsável
Prefeitura de Arapoema	Assilon Soares Filho
Prefeitura de Brasilândia do Tocantins	João Emídio Felipe de Miranda
Prefeitura de Centenário	Wesley da Silva Lima
Prefeitura de Miranorte	Frederico Henrique de Melo
Câmara Municipal de Axixá do Tocantins	Francisco Antônio Martins Araújo
Câmara Municipal de Buriti do Tocantins	Manoel Alves dos Santos
Câmara Municipal de Darcinópolis	José Messias de Sousa
Câmara Municipal de Esperantina	Francisco Eudes Oliveira Silva

Câmara Municipal de Natividade	Justino Camelo Rocha
Câmara Municipal de Nazaré	Marivalton Borges de Carvalho
Câmara Municipal de Pequizeiro	Lindomar Moreira do Nascimento
Câmara Municipal de Silvanópolis	Matheus Henrique Lemos
Agência de Desenvolvimento Turístico - ADTUR	Paulo Henrique Ferreira Massuía
Agência de Desenvolvimento Turístico - ADTUR	Omar Antônio Hennemann
Agência de Desenvolvimento Turístico - ADTUR	Nilmar Gavino Ruiz
Gabinete do Governador	Jaysa Santos de Oliveira
Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins - SEFAZ	José Jamil Fernandes Martins
Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer de Araguaína	Wilamas Ferreira dos Santos
Secretaria de Representação do Estado	Flávio Rios Peixoto da Silveira
Secretaria de Representação do Estado	Francisco de Assis Moraes Marinho
Instituto Natureza do Tocantins- NATURATINS	Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues
Fundo Municipal de Assistência Social de Ananás	Marinalva Soares Borges
Fundo Municipal de Assistência Social de Darcinópolis	Waldeth dos Santos
Fundo Municipal de Assistência Social de Itaporã do Tocantins	Tânia Maria Fernandes
Fundo Municipal de Assistência Social de Juarina	Meirilene Matos da Silva
Fundo Municipal de Assistência Social de Pau D'Arco	Maria Celia Martins Taveira
Fundo Municipal da Assistência Social de Taipas do Tocantins	Georgete de Souza Ribeiro
Fundo Municipal de Saúde de Arraias	Raimundo Santos da Costa Filho
Fundo Municipal de Saúde Babaçulândia	Lenir Sousa dos Santos
Fundo Municipal de Saúde de Miranorte	João Henrique Cardoso Ribeiro
Fundo Municipal de Saúde de Miranorte	Cássio Fernando Barcelos Ribeiro
Fundo Municipal de Saúde de Novo Alegre	Sirlene Pereira dos Santos Farias
Fundo Municipal de Saúde de Palmeirópolis	Eliete Moura Facundes
Fundo Mun.de Saúde de Presidente Kennedy	Gilberto Ferreira de Miranda
Fundo Mun.de Saúde de Presidente Kennedy	Rafael Souza Silva
Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Erli Lemes de Lima
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Araguacema	Fábio Dias Pereira
Recursos sob a Supervisão da SEFAZ	José Jamil Fernandes Martins

2012	
Origem	Responsável
Secretaria da Saúde - SESAU	Raimundo Nonato Pires dos Santos

2011	
Origem	Responsável
Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito	Carlindo Rodrigues Ayres

Regulares	
2015	
Origem	Responsável
Câmara Municipal de Brejinho de Nazaré	José Mendes de Sousa
Câmara Municipal de Lagoa do Tocantins	João Petion Ribeiro Corado
Câmara Municipal de Monte Santo	Celso Dias Silvério
Câmara Municipal de Ponte Alta do Tocantins	Joaci Mascarenhas dos Reis
Câmara Municipal de Rio da Conceição	Fagner Moreira Viana
Câmara Municipal de Taguatinga	Orlando da Silva Ribeiro
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Palmas	Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira
Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional	Deuzelina Tavares Chagas
Secretaria Municipal Extraordinária de Energias Sustentáveis de Palmas	Hector Fabio Valente Franco

Secretaria Municipal Extraordinária de Energias Sustentáveis de Palmas	Rafael Duarte Boff
Secretaria Municipal de Finanças de Paraíso do Tocantins	Ingrid Lima Rebelo
Fundação Cultural de Palmas	Eliane Campos de Araújo Oliveira
Fundação Cultural de Palmas	Hector Fabio Valente Franco
Fundação Mun. de Meio Ambiente de Palmas	Germana Pires Coriolano
Fundo Municipal de Assistência Social de Brejinho de Nazaré	Harmando Nobre da Silva
Fundo Municipal de Assistência Social de Conceição do Tocantins	Elizabeth Ferreira de Sousa Guedes
Fundo Municipal de Assistência Social de Dianópolis	Corailde Gonçalves de Matos Rodrigues
Fundo Municipal de Assistência Social de Lagoa do Tocantins	Maria Raimunda Corado de França
Fundo Mun. da Assist. Social de Palmas	Eliane Campos de Araújo Oliveira
Fundo Municipal da Assistência Social de Palmas	Maria Luiza Felizola Leão Gomes
Fundo Municipal de Assistência Social de Ponte Alta do Tocantins	Aline Tavares de Sousa
Fundo Municipal de Assistência Social de Porto Nacional	Otoniel Andrade Costa Filho
Fundo Municipal da Assistência Social de Taipas do Tocantins	Georgete de Souza Ribeiro
Fundo Mun. de Capacitação e Aperf. dos Serviços Públicos de Palmas	Alan Kardec Martins Barbiero
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Paraíso do Tocantins	Anna Paola Oliveira Melo Torres
Fundo Mun. de Educação de Dianópolis	Ana Rodrigues dos Santos / Fabiola Wolney Valente Aires Rosa
Fundo Municipal de Educação de Taipas do Tocantins	Adriana Pereira Agra
Fundo Municipal de Saúde de Almas	Clebson da Silva Matos
Fundo Municipal de Saúde de Chapada da Natividade	Ceci Gonçalves Dias
Fundo Municipal de Saúde de Conceição do Tocantins	Ronylson Pereira dos Santos
Fundo Municipal de Saúde de Dianópolis	Camerino Costa Batista
Fundo Municipal de Saúde de Porto Alegre do Tocantins	Dionésia Santana de Sousa Carneiro

2014	
Origem	Responsável
Prefeitura de Lizarda	Wilmar Soares Pugas
Câmara Municipal de Esperantina	Francisco Eudis Oliveira Silva
Câmara Municipal de Darcinópolis	José Messias de Sousa
Câmara Municipal de Natividade	Justino Camelo Rocha
Secretaria Municipal de Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transporte de Palmas	Christian Zini Amorim
Fundo Est. de Modernização Jurídica - FEMJ	Rosana Medeiros Ferreira Albuquerque
Fundo Municipal de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte de Palmas	Christian Zini Amorim
Fundo Mun. de Assist. Social de Angico	Deusivan Sousa dos Santos
Fundo Mun. de Assist. Social de Darcinópolis	Waldeth dos Santos
Fundo Municipal de Assistência Social de Maurilândia do Tocantins	Mônica Conceição Sobreira Cavalcante
Fundo Municipal de Assistência Social de São Félix do Tocantins	Adelaide da Costa Leite
Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária Banco do Povo de Palmas	Valdemar do Carmo Pereira
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Abreulândia	José Lopes de Sousa
Fundo Municipal de Saúde de Araguatins	Rafael Dias Matos Araújo

2013	
Origem	Responsável
Câmara Municipal de Ipueiras	Melquiades de Sousa e Silva

Ouvidoria e SIC:

canais de transparência e controle social

Percebeu desvio do uso de dinheiro público no seu município? Caso de nepotismo ou contratação de pessoal irregular? A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) registra, analisa e encaminha todas as comunicações de irregularidades (denúncias) praticadas pelos agentes públicos estaduais e municipais, inclusive sobre os serviços prestados pelo próprio Tribunal de Contas do Estado.

A assistente de Ouvidoria do TCE/TO, Carolina Vieira de Paula, explica que é necessário ficar atento a alguns pontos importantes quando for registrar um chama-

do. “Com a linguagem clara e objetiva, indicação dos nomes dos prováveis responsáveis, informações sobre o ano ou data em que os fatos ocorreram, indícios dos atos ou fatos alegados e se possível indicar o CPF dos envolvidos, tornam mais eficaz a comunicação de irregularidades”, enfatiza.



A Ouvidoria também recebe elogios, sugestões e reclamações sobre os serviços prestados pelo Tribunal de Contas.

SIC

Outro canal de comunicação que o TCE/TO disponibiliza à população é o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que também funciona junto à Ouvidoria. Por meio dele, podem ser solicitadas Informações públicas sobre a Corte de Contas e seus jurisdicionados, seguindo as disposições da Lei de Acesso à Informação.

Neste caso, o interessado deve informar o nome, documento de identificação e e-mail ou telefone.

Dados importantes para qualificar a comunicação de irregularidades (Denúncias)

Atos de Pessoal

- Nome completo e CPF do favorecido;
- Cargo ou função;
- Data da contratação;
- Lotação;
- Descrição da irregularidade (Caso seja Nepotismo, indicar o nome do parente);

Sobre Concurso Público:

- Data da inscrição e data da realização;
- Edital;
- Data da homologação ou data da nomeação;
- Número de vagas;
- Ordem de classificação;
- Prazo de validade.

Obras Públicas

- Localização exata da obra;
- Descrição da obra em execução, reforma ou ampliação;
- Data do início da obra;
- Data prevista para o término da obra;
- Valor;
- Informar, se possível, o convênio existente para execução da obra;
- Descrição da irregularidade;
- Fornecer fotos, se possível.

Despesa Pública

- Nome do administrador ou responsável;
- Descrição da despesa;
- Data ou período em que ocorreu;
- Número e ano do processo;
- Número do empenho se houver;
- Descrição da irregularidade;

Licitação

- Órgão contratante;
- Descrição da despesa;
- Número e ano do processo;
- Edital;
- Modalidade da licitação;
- Número do contrato e ano;
- Data em que ocorreu a irregularidade;
- Descrição da irregularidade.

Atendimento telefônico gratuito
08006445800;

Atendimento presencial e SIC
Das 12h às 18h, de segunda a sexta,
na sede do TCE/TO

Internet
www.tce.to.gov.br link Ouvidoria SIC

INFORMATIVO TCE - TO

Assessoria de Comunicação

Avenida Teotônio Segurado, 102 N, cj. 01, lotes 01 e 02 · CEP 77006-002
Palmas - TO · Fone: (63) 3232-5837